

# CARGO: CONTROLE INTERNO

## PERÍODO MANHÃ

CONCURSO PÚBLICO 001/2018 CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL DO TERRITÓRIO DIVISA NORTE DO PARANÁ

**Atenção: Leia todas as instruções constantes no seu Caderno de Questões e Folha de Respostas.**

1. Seu caderno deve conter 40 (quarenta) questões, com 04 (quatro) alternativas, assim dispostas:

Disciplina	Composição
Língua Portuguesa	1 a 7
Informática Básica	8 a 12
Conhecimentos Específicos	13 a 40

2. A Prova terá duração de 3h (três horas), incluindo preenchimento da Folha de Respostas.
3. Após sua identificação, você deverá permanecer dentro da sala, sendo permitida a saída somente após 30min (trinta minutos) do início da prova.
4. Para uso do sanitário, deverá solicitar ao Fiscal de Sala e só deverá se levantar após autorização.
5. Ao deixar o local definitivamente, não poderá utilizar o sanitário dos candidatos que ainda estão realizando prova, e só poderá levar o Caderno de Questões nos 30min restantes.
6. Enquanto estiver realizando a Prova é proibido utilizar materiais de consulta, livros, apostilas, calculadoras, régua, e quaisquer equipamentos eletrônicos, chapéus, bonés, e/ou similares conforme constante no edital de abertura.
7. Sobre sua carteira deverá permanecer somente documento oficial original com foto, caneta de tinta azul ou preta de corpo transparente, Caderno de Questões e Folha de Respostas.
8. Você poderá utilizar seu Caderno de Questões para rascunho.
9. Você receberá do Fiscal de Sala a Folha de Respostas Definitiva. Confira seus dados e em caso de erro, chame o fiscal. Após conferir, assine no campo destinado. Em hipótese alguma ela será substituída caso o candidato dobre, amasse, rasgue ou molhe. Cuidado, pois esse será o único documento válido para correção.
10. Caso algum equipamento eletrônico emita som, o candidato portador do equipamento será automaticamente eliminado do concurso.
11. Transcreva suas respostas para Folha de Respostas com caneta de tinta azul ou preta. Verifique na Folha de Respostas a forma correta de preenchimento.
12. Questões com mais de uma alternativa assinalada, rasurada ou em branco serão anuladas.
13. Após terminar sua Prova avise o Fiscal, pois ele autorizará a entrega da sua Folha de Respostas e Caderno de Questões, se for o caso.
14. Caso algum candidato seja flagrado na tentativa de fraude, esse será automaticamente eliminado do Concurso, ainda sujeito a processo civil ou criminal.
15. Qualquer questionamento ou dúvidas devem ser feitas em voz alta ao fiscal.
16. Os 03 (três) últimos candidatos deverão sair juntos da sala, após a conferência e lacre do material da sala.
17. Aguarde a autorização do Fiscal para iniciar sua Prova.

-----DESTAQUE AQUI-----

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40

# Língua Portuguesa

Leia o texto para responder as questões.

Áustria começa a cobrar para refugiados solicitarem asilo no país  
Quem pedir refúgio deverá contribuir aos custos do processo de tramitação com o dinheiro que tenham consigo, até um máximo de 840 euros

Por EFE

O Governo austríaco, formado por democratas-cristãos e ultranacionalistas, adotou nesta quarta-feira uma polêmica série de medidas que restringem os direitos dos imigrantes e que contempla cobrar até 840 euros aos solicitantes de asilo para custear os trâmites.

O objetivo é “combater tanto a imigração ilegal como o abuso da condição de asilado”, declarou o chanceler federal e líder do Partido Popular Austríaco (ÖVP), Sebastian Kurz, à imprensa em Viena após uma reunião do Conselho de Ministros.

Este projeto de lei ainda deve ser aprovado no Parlamento, onde o Governo conta com uma clara maioria.

Entre outras medidas, estabelece que os refugiados devam contribuir aos custos do processo de tramitação de asilo com o dinheiro que tenham consigo, até um máximo de 840 euros, informou a televisão pública austríaca “ORF”.

As autoridades poderão acessar seus telefones para rastrear trajetos e comprovar que os dados facilitados pelos solicitantes de asilo coincidem com os dados sobre as viagens que fizeram até chegar à Áustria.

Ou seja, trata-se de verificar que não mentiram às autoridades, sobretudo quanto ao primeiro país da União Europeia (UE) ao qual chegaram, já que é ali onde as normativas comunitárias, o regulamento de Dublin, estabelecem que deva ser tramitada a solicitação de asilo.

Além disso, se no controle as autoridades descobrirem indícios de alguma atuação delitativa, deverão abrir uma investigação.

Por outro lado, “aqueles refugiados que cometem um delito serão detidos imediatamente em centros especiais e depois retirados do país”, afirmou o vice-chanceler e líder do ultradireitista Partido Liberal (FPÖ), Heinz-Christian Strache, que disse que esta medida inclui os imigrantes menores de idade.

O direito a permanecer na Áustria será perdido se a pessoa viajar para seu país de origem após ter chegado à república alpina.

O ministro do Interior, Herbert Kickl, do FPÖ, lembrou que o Governo, surgido das eleições de outubro, assumiu o poder com a intenção de introduzir uma política de asilo o mais restritiva possível.

Em reiteradas ocasiões, Kurz reconheceu que um dos principais objetivos destas e outras medidas é reduzir o atrativo da Áustria como destino para refugiados.

Kickl advogou hoje por trabalhar para que no futuro nenhum refugiado possa solicitar asilo em solo da União Europeia, mas fazer em centros situados em países não comunitários.

Adaptado de <https://exame.abril.com.br/mundo/refugiados-que-solicitarem-asilo-na-austria-deverao-pagar-840-euros/>

1. Analise a seguinte oração “O direito a permanecer na Áustria será perdido” e assinale a alternativa que classifica corretamente o tipo de sujeito.

- a) Simples.
- b) Composto.

- c) Elíptico.
- d) Indeterminado.

2. As aspas utilizadas dentro do texto servem para

- a) citar a fala de alguém.
- b) colocar algo subjetivo para exemplificar uma situação anterior.
- c) para esclarecer a opinião pública.
- d) para utilizar de palavra de origem estrangeira.

3. No penúltimo parágrafo ocorreu o uso de vírgula, assinale a alternativa que apresenta a correta explicação para esse uso.

- a) Foi utilizada a vírgula por se tratar de um apostro.
- b) Foi utilizada a vírgula por se tratar de um advérbio de tempo.
- c) Foi utilizada a vírgula por se tratar de um vocativo.
- d) Foi utilizada a vírgula por se tratar de uma oração coordenada.

4. No sétimo parágrafo, a oração sublinhada é classificada como oração coordenada

- a) assindética.
- b) sindética aditiva.
- c) sindética adversativa.
- d) sindética alternativa.

5. No último parágrafo, o verbo em destaque está conjugado em qual tempo verbal?

- a) Pretérito Perfeito do Subjuntivo.
- b) Pretérito Mais-que-perfeito.
- c) Pretérito Imperfeito.
- d) Pretérito Perfeito do Indicativo.

6. Assinale a alternativa correta com relação à interpretação do texto.

- a) O texto apresenta informações com relação as novas regras para os refugiados que moram na Áustria e como acontecerá a arrecadação das taxas pagas por eles.
- b) O texto apresenta o novo valor a ser pago pelos refugiados que entrarem no país a partir do próximo mês e também quais as consequências para àqueles que não pagarem.
- c) O texto apresenta as medidas que estão sendo tomadas pela Áustria no intuito de diminuir o interesse dos refugiados pelo país.
- d) O texto apresenta a lei já sancionada pela Áustria no intuito de eliminar os refugiados do país e evitar que novos venham a adentrar as fronteiras.

7. No oitavo parágrafo, a palavra em destaque é classificada como

- a) pronome pessoal.
- b) pronome de tratamento.
- c) pronome indefinido.
- d) pronome demonstrativo.

## Informática Básica

8. Utilizando o Pacote Office 2010, instalado no Windows 10, instalação padrão, português do Brasil, assinale a alternativa que apresenta a tecla de atalho utilizada para alinhar o texto à esquerda no Word. (O sinal de + não faz parte do comando, significa que as teclas devem ser pressionadas juntas).
- Ctrl + A
  - Ctrl + E
  - Ctrl + D
  - Ctrl + Q
9. Assinale a alternativa que não apresenta uma opção de navegador.
- Chrome.
  - Mozilla.
  - SoundBox.
  - Microsoft Edge.
10. Utilizando o Pacote Office 2010, instalado no Windows 10, instalação padrão, português do Brasil, assinale a alternativa que apresenta uma das opções de espaçamento entre linhas do Word.
- 1,4 linhas.
  - Triplo.
  - Duplo.
  - Composto.
11. Utilizando o Pacote Office 2010, instalado no Windows 10, instalação padrão, português do Brasil, a respeito do Excel: o programa Excel apresenta fórmulas que são equações que podem
- executar cálculos, retornar informações, manipular o conteúdo de outras células, testar condições e mais.
  - executar arquivos, dar suporte ao Office, ajustar texto às células e mais.
  - copiar e colar imagens e figuras, editar textos e mais.
  - calcular.
12. Utilizando o Pacote Office 2010, instalado no Windows 10, instalação padrão, português do Brasil, assinale a alternativa que apresenta o passo a passo correto para criar um novo e-mail no Gmail.
- Acessar a página de criação de conta Email Gmail, preencher o formulário com as informações do usuário, criar uma senha e concordar com os termos de uso.
  - Acessar a página de criação de conta Google, preencher o formulário com as informações do usuário e concordar com os termos do Google.
  - Acessar a página de criação de conta do Google-mail, preencher o formulário com as informações do usuário e criar uma senha.
  - Acessar a página de criação de conta Gmail, preencher o formulário com as informações do usuário ou de quem será responsável pela conta e concordar com os termos do Gmail.

## Conhecimentos Específicos

13. Analise as assertivas, e assinale a alternativa correta. De acordo com a Lei Federal nº 4.320/64, classificam-se como Investimentos Financeiros as

dotações destinadas a:

- aquisição de imóveis, ou de bens de capital já em utilização.
  - aquisição de títulos representativos do capital de empresas ou entidades de qualquer espécie, já constituídas, quando a operação não importe aumento do capital.
  - constituição ou aumento do capital de entidades ou empresas que visem a objetivos comerciais ou financeiros, inclusive operações bancárias ou de seguros.
- Apenas I e II estão corretas.
  - Apenas I e III estão corretas.
  - Apenas II e III estão corretas.
  - Todas estão corretas.
14. Segundo os critérios estabelecidos pela Lei Federal nº 4.320/64, classificam-se como transferências correntes as seguintes aplicações de recursos, exceto:
- Subvenções Econômicas.
  - Salário Família e Abono Familiar.
  - Juros da Dívida Pública.
  - Salário Família e Abono Familiar.
15. Segundo o artigo 33 da Lei Federal nº 4.320/66, não se admitirão emendas ao projeto de Lei de Orçamento nas seguintes hipóteses, exceto:
- Emendas que visem alterar a dotação solicitada para despesa de custeio, mesmo quando provada, nesse ponto a inexatidão da proposta.
  - Emendas que visem conceder dotação para o início de obra cujo projeto não esteja aprovado pelos órgãos competentes.
  - Emendas que visem conceder dotação para instalação ou funcionamento de serviço que não esteja anteriormente criado.
  - Emendas que visem conceder dotação superior aos quantitativos previamente fixados em resolução do Poder Legislativo para concessão de auxílios e subvenções.
16. A Lei Federal nº 4.320/64, dentre outras providências, tem por finalidade regulamentar matérias pertinentes à contabilidade pública no Brasil. Quanto aos créditos adicionais, assinale a alternativa correta.
- São créditos extraordinários os destinados a despesas para as quais não haja dotação orçamentária específica.
  - São créditos especiais os destinados a despesas urgentes e imprevistas em caso de guerra, comoção intestina ou calamidade pública.
  - São créditos suplementares os destinados a reforço de dotação orçamentária.
  - São créditos adicionais apenas as autorizações de despesa insuficientemente dotadas na Lei de Orçamento.

17. **A Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar 101/00), dentre suas previsões, busca regulamentar o previsto no artigo 169 da Constituição Federal, estabelecendo limites aos gastos públicos. No que se refere ao limite de despesa total com pessoal da União, assinale a alternativa correta.**
- a) 40% (quarenta por cento) da receita corrente líquida.
  - b) 50% (cinquenta por cento) da receita corrente líquida.
  - c) 60% (sessenta por cento) da receita corrente líquida.
  - d) Não há limites para gasto com pessoal neste ente federado.
18. **De acordo com o artigo 19 da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar 101/00) os limites impostos aos gastos com pessoal se subdividem entre os Poderes. Na esfera estadual, assinale a alternativa que representa a divisão adequada.**
- a) 2% (dois por cento) para o Poder Legislativo, incluindo o Tribunal de Contas, 5% (cinco por cento) para o Poder Judiciário, 50% (cinquenta por cento) para o Poder Executivo e 3% (três por cento) para o Ministério Público.
  - b) 3% (três por cento) para o Poder Legislativo, incluindo o Tribunal de Contas, 6% (seis por cento) para o Poder Judiciário, 48% (quarenta e oito por cento) para o Poder Executivo e 3% (três por cento) para o Ministério Público.
  - c) 4% (quatro por cento) para o Poder Legislativo, incluindo o Tribunal de Contas, 6% (seis por cento) para o Poder Judiciário, 47% (quarenta e sete por cento) para o Poder Executivo e 3% (três por cento) para o Ministério Público.
  - d) 3% (três por cento) para o Poder Legislativo, incluindo o Tribunal de Contas, 6% (seis por cento) para o Poder Judiciário, 49% (quarenta e nove por cento) para o Poder Executivo e 2% (dois por cento) para o Ministério Público.
19. **Com relação aos atos administrativos, assinale a alternativa incorreta.**
- a) Ato administrativo é toda manifestação unilateral de vontade da Administração Pública que, agindo nessa qualidade, tenha por fim imediato adquirir, resguardar, transferir, modificar, extinguir e declarar direitos, ou impor obrigações aos administrados ou a si própria.
  - b) Ato administrativo vinculado é aquele que a administração pratica sem nenhuma margem de liberdade em sua decisão, ou seja, obedece ao que está previsto na lei.
  - c) A caducidade do ato administrativo acontece quando há supressão do mesmo, com efeito retroativo, por razões de ilegalidade e ilegitimidade.
  - d) Ato administrativo simples é aquele que vai decorrer apenas de uma única manifestação de vontade de apenas um órgão ou colegiado.
20. **Com relação ao regime constitucional da administração pública, assinale a alternativa correta.**
- a) Os cargos, empregos e funções públicas são acessíveis aos brasileiros que preencham os requisitos estabelecidos em lei, sendo vedado o acesso aos estrangeiros.
  - b) As funções de confiança, exercidas exclusivamente por servidores ocupantes de cargo efetivo, e os cargos em comissão, a serem preenchidos por servidores de carreira nos casos, condições e percentuais mínimos previstos em lei, destinam-se a qualquer atribuição.
- c) Não haverá possibilidade de contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público.
  - d) É vedada a vinculação ou equiparação de quaisquer espécies remuneratórias para o efeito de remuneração de pessoal do serviço público.
21. **Com relação ao previsto na Constituição Federal a respeito dos servidores públicos, é correto afirmar que**
- a) a servidor público estável só perderá o cargo: I - em virtude de sentença judicial transitada em julgado; II - mediante processo administrativo em que lhe seja assegurada ampla defesa; III - mediante procedimento de avaliação periódica de desempenho, na forma de lei complementar, assegurada ampla defesa.
  - b) o membro de Poder, o detentor de mandato eletivo, os Ministros de Estado e os Secretários Estaduais e Municipais serão remunerados exclusivamente por subsídio fixado em parcela única, podendo em casos específicos perceber o acréscimo de gratificação, adicional, abono, prêmio, verba de representação ou outra espécie remuneratória.
  - c) nos casos previstos em lei, os proventos de aposentadoria e as pensões, por ocasião de sua concessão, poderão exceder a remuneração do respectivo servidor, no cargo efetivo em que se deu a aposentadoria ou que serviu de referência para a concessão da pensão.
  - d) extinto o cargo ou declarada a sua desnecessidade, o servidor estável ficará em disponibilidade, sem remuneração, até seu adequado aproveitamento em outro cargo.
22. **Com relação aos bens públicos é incorreto dizer que**
- a) os bens públicos de uso comum são de utilização corrente de toda a comunidade, como por exemplo, rios, mares, estradas, ruas e praças.
  - b) os bens de uso especial são os destinados ao cumprimento das funções públicas, tais como edifícios e terrenos destinados ao serviço ou estabelecimento da administração.
  - c) os bens dominicais são aqueles utilizados pelo estado para finalidade econômica, constituindo o patrimônio das pessoas jurídicas de direito público.
  - d) não podem ser considerados dominicais os bens pertencentes às pessoas jurídicas de direito público a que se tenha dado estrutura de direito privado.
23. **É dispensável a licitação, exceto.**
- a) nos casos de guerra ou grave perturbação da ordem.
  - b) quando não acudirem interessados à licitação anterior e está, justificadamente, não puder ser repetida sem prejuízo para a Administração, mantidas, neste caso, todas as condições preestabelecidas.
  - c) quando a União tiver que intervir no domínio econômico para regular preços ou normalizar o abastecimento.
  - d) para contratação de profissional de qualquer setor artístico, diretamente ou através de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública (Art. 25).

- 24. Com relação aos contratos administrativos, pode-se dizer que**
- é desnecessário que haja cláusula no contrato que estabeleça o crédito pelo qual correrá a despesa.
  - a critério da autoridade competente, em cada caso, poderá ser exigida prestação de garantia nas contratações de obras, serviços e compras, não havendo necessidade de previsão a respeito no instrumento convocatório.
  - nos casos de contratos que importem na entrega de bens pela administração, dos quais o contratado ficará depositário, ao valor da garantia deverá ser acrescido o valor desses bens.
  - em razão da supremacia do interesse público, as cláusulas econômico-financeiras e monetárias dos contratos administrativos não poderão ser alteradas sem prévia concordância do contratado.
- 25. Com relação aos atributos do ato administrativo, é correto dizer que**
- a presunção de legitimidade garante que os atos são presumidos verdadeiros e legais até que se prove o contrário. Este atributo não está presente em todos os atos administrativos.
  - a autoexecutoriedade garante que os atos podem ser executados pela própria administração, sem necessidade de autorização dos outros poderes.
  - a tipicidade reza que o ato está afeto a discricionariedade da administração.
  - segundo o atributo da imperatividade, os atos são impostos a todos, mas desde que haja aceitação do destinatário.
- 26. Nos contratos administrativos, os prazos de início de etapas de execução, de conclusão e de entrega admitem prorrogação, mantidas as demais cláusulas do contrato e assegurada a manutenção de seu equilíbrio econômico-financeiro, desde que ocorra algum dos seguintes motivos, devidamente autuados em processo, exceto.**
- alteração do projeto ou especificações, pela Administração.
  - superveniência de fato excepcional ou imprevisível, estranho à vontade das partes, que altere fundamentalmente as condições de execução do contrato.
  - interrupção da execução do contrato ou diminuição do ritmo de trabalho por ordem e no interesse da Administração.
  - impedimento de execução do contrato por fato ou ato de terceiro, sem necessidade de reconhecimento documentado pela Administração.
- 27. Com relação a lei que trata de improbidade administrativa, é correto afirmar que**
- os atos de improbidade praticados por qualquer agente público, servidor ou não, contra a administração direta, indireta ou fundacional de qualquer dos poderes da união, dos estados, do distrito federal, dos municípios, de território, de empresa incorporada ao patrimônio público ou de entidade cuja criação ou custeio o erário haja concorrido ou concorra com mais de cinquenta por cento do patrimônio ou da receita anual, serão punidos na forma desta lei.
  - o sucessor daquele que causar lesão ao patrimônio público ou se enriquecer ilicitamente está sujeito às cominações desta lei de forma integral.
- será punido com suspensão ou multa, o agente público que se recusar a prestar declaração dos bens, dentro do prazo determinado, ou que a prestar falsa.
  - somente os legitimados poderão representar à autoridade administrativa competente para que seja instaurada investigação destinada a apurar a prática de ato de improbidade.
- 28. No que tange à Lei de Processo Administrativo – Lei Federal nº 9.784/1999, assinale a alternativa que não corresponde ao início do processo.**
- O processo administrativo pode iniciar-se de ofício ou a pedido do interessado.
  - É vedada à Administração a recusa imotivada de recebimento de documentos, devendo o servidor orientar o interessado quanto ao suprimento de eventuais falhas.
  - Quando os pedidos de uma pluralidade de interessados tiverem conteúdo e fundamentos idênticos, poderão ser formulados em um único requerimento, salvo preceito legal em contrário.
  - Para assuntos que importem pretensões equivalente, não é necessário a elaboração de modelos ou formulários padronizados, podendo a administração a cada pedido elaborar uma petição diferente.
- 29. No tocante à Responsabilidade Civil do Estado, assinale a alternativa correta.**
- O agente público que causar dano a um particular responde independentemente de culpa.
  - A responsabilidade civil do Estado por atos comissivos baseia-se na teoria do risco administrativo.
  - Quando ocorre erro do Poder Judiciário, não poderá haver responsabilidade civil do Estado.
  - A responsabilidade civil nuclear é do tipo subjetiva, ou seja, depende da aferição de culpa.
- 30. Os Prefeitos Municipais respondem por crimes de responsabilidades e estão sujeitos ao julgamento do Judiciário independentemente do pronunciamento da Câmara dos Vereadores. Nesse sentido, podemos afirmar que estão corretas as alternativas abaixo, exceto.**
- Constitui crime de responsabilidade do prefeito utilizar-se, indevidamente, em proveito próprio ou alheio de bens ou rendas públicas.
  - Os crimes previstos no art. 1º do Decreto Lei nº 201/67 (que prevê crimes de responsabilidades dos prefeitos) são de ação pública.
  - A condenação definitiva dos crimes definidos no art. 1º do Decreto Lei nº 201/67 não acarreta a perda do cargo, mas tão somente o afastamento do cargo por 15 dias.
  - O Vice-Prefeito, ou quem vier a substituir o Prefeito, fica sujeito ao mesmo processo do substituído, ainda que tenha cessado a substituição.

- 31. A respeito do fato gerador da obrigação tributária, assinale a alternativa incorreta.**
- a) A obrigação principal surge com a ocorrência do fato gerador, tem por objeto o pagamento de tributo ou penalidade pecuniária e extingue-se juntamente com o crédito dela decorrente.
  - b) A obrigação acessória decorre da legislação tributária e tem por objeto as prestações, positivas ou negativas, nela previstas no interesse da arrecadação ou da fiscalização dos tributos.
  - c) Fato gerador da obrigação principal é a situação definida em lei como necessária e suficiente à sua ocorrência.
  - d) Fato gerador da obrigação acessória é qualquer situação que, na forma da legislação aplicável, impõe a prática ou a abstenção de ato que configure obrigação principal.
- 32. Com relação ao sujeito ativo e passivo da obrigação tributária e capacidade tributária, assinale a alternativa correta.**
- a) Sujeito ativo da obrigação é a pessoa física, titular da competência para exigir o seu cumprimento.
  - b) Salvo disposições de lei em contrário, as convenções particulares, relativas à responsabilidade pelo pagamento de tributos, não podem ser opostas à Fazenda Pública, para modificar a definição legal do sujeito passivo das obrigações tributárias correspondentes.
  - c) A capacidade tributária passiva depende da capacidade civil das pessoas naturais.
  - d) Com relação a solidariedade, a isenção ou remissão de crédito exonera todos os obrigados, mesmo se outorgada pessoalmente a um deles.
- 33. Sobre crédito tributário, é incorreto dizer que**
- a) as circunstâncias que modificam o crédito tributário, sua extensão ou seus efeitos, ou as garantias ou os privilégios a ele atribuídos, ou que excluem sua exigibilidade afetam diretamente a obrigação tributária que lhe deu origem.
  - b) compete privativamente à autoridade administrativa constituir o crédito tributário pelo lançamento, assim entendido o procedimento administrativo tendente a verificar a ocorrência do fato gerador da obrigação correspondente, determinar a matéria tributável, calcular o montante do tributo devido, identificar o sujeito passivo e, sendo caso, propor a aplicação da penalidade cabível.
  - c) o lançamento reporta-se à data da ocorrência do fato gerador da obrigação e rege-se pela lei então vigente, ainda que posteriormente modificada ou revogada.
  - d) a modificação introduzida, de ofício ou em consequência de decisão administrativa ou judicial, nos critérios jurídicos adotados pela autoridade administrativa no exercício do lançamento somente pode ser efetivada, em relação a um mesmo sujeito passivo, quanto a fato gerador ocorrido posteriormente à sua introdução.
- 34. Suspendem a exigibilidade do crédito tributário, exceto.**
- a) moratória.
  - b) o depósito do seu montante integral.
  - c) concessão de medida liminar ou de tutela antecipada, em outras espécies de ação judicial.
  - d) iniciativa de ofício da autoridade administrativa.
- 35. Extinguem o crédito tributário**
- a) as reclamações e os recursos, nos termos das leis reguladoras do processo tributário administrativo.
  - b) o parcelamento.
  - c) a decisão administrativa reformável.
  - d) a conversão de depósito em renda.
- 36. Sem prejuízo de outras garantias asseguradas ao contribuinte, é vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios (Art. 150 da CF), exceto**
- a) exigir ou aumentar tributo sem lei que o estabeleça.
  - b) instituir tratamento desigual entre contribuintes que se encontrem em situação equivalente, proibida qualquer distinção em razão de ocupação profissional ou função por eles exercida, independentemente da denominação jurídica dos rendimentos, títulos ou direitos.
  - c) estabelecer limitações ao tráfego de pessoas ou bens, por meio de tributos interestaduais ou intermunicipais, sem qualquer ressalva.
  - d) utilizar tributo com efeito de confisco.
- 37. Com relação ao Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), é correto afirmar que**
- a) será seletivo, em função da essencialidade do produto.
  - b) será cumulativo, não compensando-se o que for devido em cada operação com o montante cobrado nas anteriores.
  - c) incidirá sobre produtos industrializados destinados ao exterior.
  - d) não terá reduzido seu impacto sobre a aquisição de bens de capital pelo contribuinte do imposto, na forma da lei.
- 38. Com relação ao ICMS, assinale a alternativa correta.**
- a) A isenção ou não-incidência, salvo determinação em contrário da legislação: implicará crédito para compensação com o montante devido nas operações ou prestações seguintes e não acarretará a anulação do crédito relativo às operações anteriores.
  - b) Poderá ser seletivo, em função da essencialidade das mercadorias e dos serviços.
  - c) Resolução do Senado Federal, de iniciativa do Presidente da República ou de um sexto dos Senadores, aprovada pela maioria relativa de seus membros, estabelecerá as alíquotas aplicáveis às operações e prestações, interestaduais e de exportação.
  - d) Incidirá também sobre operações que destinem mercadorias para o exterior, nem sobre serviços prestados a destinatários no exterior, assegurada a manutenção e o aproveitamento do montante do imposto cobrado nas operações e prestações anteriores.

**39. A respeito dos impostos, taxas e contribuições de melhoria é incorreto afirmar que**

- a) imposto é o tributo cuja obrigação tem por fato gerador uma situação que depende de atividade estatal específica, relativa ao contribuinte.
- b) as taxas cobradas pela união, pelos estados, pelo distrito federal ou pelos municípios, no âmbito de suas respectivas atribuições, têm como fato gerador o exercício regular do poder de polícia ou a utilização, efetiva ou potencial, de serviço público específico e divisível, prestado ao contribuinte ou posto à sua disposição.
- c) considera-se poder de polícia atividade da administração pública que, limitando ou disciplinando direito, interesse ou liberdade, regula a prática de ato ou abstenção de fato em razão de interesse público concernente à segurança, à higiene, à ordem, aos costumes, à disciplina da produção e do mercado, ao exercício de atividades econômicas dependentes de concessão ou autorização do poder público, à tranquilidade pública ou ao respeito à propriedade e aos direitos individuais ou coletivos.
- d) a contribuição de melhoria cobrada pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal ou pelos Municípios, no âmbito de suas respectivas atribuições, é instituída para fazer face ao custo de obras públicas de que decorra valorização imobiliária, tendo como limite total a despesa realizada e como limite individual o acréscimo de valor que da obra resultar para cada imóvel beneficiado.

**40. De acordo com o Código Tributário Nacional, assinale a alternativa correta.**

- a) O lançamento é efetuado com base na declaração do sujeito passivo ou de terceiro quando um ou outro, na forma da legislação tributária, presta à autoridade administrativa informações sobre matéria de fato, indispensáveis à sua efetivação.
- b) Quando o cálculo do tributo tenha por base, ou tome em consideração, o valor ou o preço de bens, direitos, serviços ou atos jurídicos, a autoridade lançadora, mediante processo regular, arbitrará aquele valor ou preço, sempre que sejam omissos ou não mereçam fé as declarações ou os esclarecimentos prestados, ou os documentos expedidos pelo sujeito passivo ou pelo terceiro legalmente obrigado, ressalvada, em caso de contestação, avaliação contraditória, administrativa ou judicial.
- c) A imposição de penalidade não ilide o pagamento integral do crédito tributário.
- d) A restituição de tributos que comportem, por sua natureza, transferência do respectivo encargo financeiro será feita a quem prove haver assumido o referido encargo ou, no caso de tê-lo transferido a terceiro, independentemente de qualquer autorização.



